

Financiamento e Gasto em Saúde no Brasil

Fabiola Sulpino Vieira

Coordenadora-Geral de Economia da Saúde

Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento

Secretaria Executiva

Ministério da Saúde



Conteúdo da apresentação

I. Financiamento da Seguridade Social

II. Financiamento do SUS

III. Gasto em saúde do Brasil: total e do SUS

IV. Desafios

I

Financiamento da Seguridade Social

Dois períodos distintos – delimitados pela promulgação da Constituição Federal de 1988

Sistema de seguro social

- Contribuições dos empregados e dos empregadores (folha de salários) gerenciadas pela União.
- Acesso assegurado pelo INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.
- Acesso: restrito aos contribuintes.

CF
1988



Seguridade Social

- Saúde, Assistência Social e Previdência Social com fontes próprias de financiamento.
- Sistema Único de Saúde, financiado pelas três esferas de governo: União, Estados e Municípios.
- Acesso universal ao sistema de saúde.

Fontes de Financiamento

Da União: Orçamento da Seguridade Social – contribuições sociais:

- COFINS – Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade.
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
- CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (1997 - 2007).
- Concursos Prognósticos.
- Contribuições previdenciárias – Regimes próprio e geral da Previdência Social.
- PASEP – Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público.
- PIS – Programa de Integração Social.
- Receita próprias.
- Outras receitas (por exemplo, resultantes de bens apreendidos)

Dos Estados e Municípios: Impostos diretamente arrecadados e transferências constitucionais e legais.

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Categories	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
I - Receitas (antes da DRU)							
Receitas de Cont. Sociais							
Previdenciárias	123.110,6	135.739,2	146.843,5	177.956,9	201.801,9	235.079,2	256.890,7
Cofins	89.597,5	91.481,2	100.555,6	118.431,0	119.239,0	141.233,7	160.987,2
CPMF	29.120,3	32.263,1	36.319,6	971,3	93,9	23,9	77,2
CSLL	26.232,0	28.023,6	33.183,2	41.663,7	45.100,4	46.370,2	58.961,7
Concursos de Prognósticos	1.564,3	1.533,0	1.890,9	2.048,5	2.497,4	3.147,4	3.414,0
Pis/Pasep ³	13.250,0	14.270,7	15.467,5	18.196,1	19.110,6	24.476,3	25.261,2
Receitas Próprias (Min. Prev.)	797,6	731,9	458,4	922,6	491,5	256,3	652,6
Outras receitas	265,6	304,7	348,0	365,7	464,2	606,0	647,8
I - Total	283.937,8	304.347,3	335.066,7	360.555,9	388.798,8	451.193,0	506.892,3
II - Despesas (por função)²							
Saúde	36.483,3	39.736,2	40.215,3	44.552,5	48.682,6	54.541,7	62.621,7
Previdência	188.505,5	212.490,4	233.700,4	257.543,7	289.598,6	325.152,0	358.529,1
Trabalho	12.716,9	16.417,4	19.512,6	21.982,8	28.434,4	30.870,4	35.758,6
Assistência Social	15.806,1	21.551,1	24.653,0	28.660,7	33.107,6	38.775,3	45.102,7
II - Total	253.511,8	290.195,1	318.081,3	352.739,8	399.823,3	449.339,4	502.012,0
III- Resultado do OSS	30.426,0	14.152,2	16.985,4	7.816,1	-11.024,4	1.853,6	4.880,3
III - Despesa (por órgão)²							
Ministério da Previdência	159.490,6	181.643,9	200.003,8	220.540,8	249.004,6	281.544,4	312.125,2
Ministério da Saúde	36.818,0	42.099,4	42.080,3	46.459,4	52.088,4	58.583,3	67.215,0
Ministério do Trabalho	23.369,7	27.764,0	29.537,0	33.885,6	41.286,5	45.795,8	53.092,9
Ministério do Desenv. Social ⁴	8.354,4	9.843,1	10.969,1	12.784,5	14.067,8	16.138,8	19.502,1
III - Total	228.032,8	261.350,4	282.590,3	279.784,8	356.447,3	402.062,2	451.935,2
III - Resultado do OSS	55.905,0	42.996,9	52.128,5	80.405,4	32.351,5	49.130,7	54.957,1



Fonte: STN/MF

Nota: Receitas e despesas retiradas do RREO da União; Receitas realizadas; Despesas liquidadas; Despesa por subfunção exceto intra-orçamentárias; PIS/PASEP já deduzido de 40% destinado ao BNDES.

II

Financiamento do SUS

Década de 90 – Impasses na questão do financiamento do SUS

- Art. 55, do ADCT: até a edição da primeira LDO (1990), 30% do Orçamento da Seguridade Social (OSS) para as ações e serviços públicos de saúde
- As LDO para os anos de 1990 a 1993 reproduziram o disposto no art. 55 do ADCT. Apesar disso, as LOA do mesmo período não respeitaram o disposto na LDO respectiva
- Crise de financiamento da saúde em 1992, sanada com empréstimo junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Em 1993, a crise foi agravada, pois além de não cumprir o disposto na LDO, o Ministério da Previdência suspendeu o repasse dos valores arrecadados pelo INSS e os previstos no orçamento para a Saúde. O MS foi obrigado novamente a recorrer ao FAT
- Em 1994, ocorre veto presidencial a este dispositivo na LDO

Emenda Constitucional nº 29/2000

A regra de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde (ASPS):

- União, o montante aplicado no ano anterior corrigido pela variação nominal do PIB.
- Estados, 12% da receita de impostos estaduais e das transferências constitucionais e legais.
- Municípios, 15% da receita de impostos municipais e das transferências constitucionais e legais.

Para Estados e Municípios, foi definido um processo de transição a partir do mínimo de 7% em 2000, até atingir os percentuais, respectivamente, de 12% e 15%, em 2004

Resolução CNS nº 322/2003

- Necessidade de esforço coletivo na busca por uma homogeneização de interpretações por parte dos agentes públicos responsáveis pela aplicação da Emenda Constitucional nº 29/2000
- Estabeleceu as regras de transição para os percentuais de receita própria a ser aplicado por Estados e Municípios, entre os anos de 2000 a 2004
- Estabeleceu o conceito de despesas com ações e serviços de saúde

Lei Complementar nº 141/2012

- Regulamenta o Art. 198 da Constituição Federal (regulamentação da EC 29/2000)
- Define quais despesas podem ser consideradas em ASPS e quais não podem
- Define a aplicação mínima de recursos em ASPS, mantendo a regra da EC 29/2000
- Estabelece o condicionamento e a suspensão de transferências constitucionais, além da suspensão de transferências voluntárias, pelo descumprimento da aplicação mínima em ASPS ou pela falta de comprovação da aplicação

Decreto nº 7.827/2012

- Regulamenta a LC 141/2012, estabelecendo os mecanismos para o condicionamento e a suspensão de transferências constitucionais, além da suspensão de transferências voluntárias, pelo descumprimento da aplicação mínima em ASPS ou pela falta de comprovação da aplicação
- A partir de 2014, estados, DF e municípios que não aplicarem os recursos mínimos na saúde ou não declararem as despesas estão sujeitos a condicionamento e suspensão de transferências constitucionais

III

Gasto em saúde do Brasil: total e do SUS

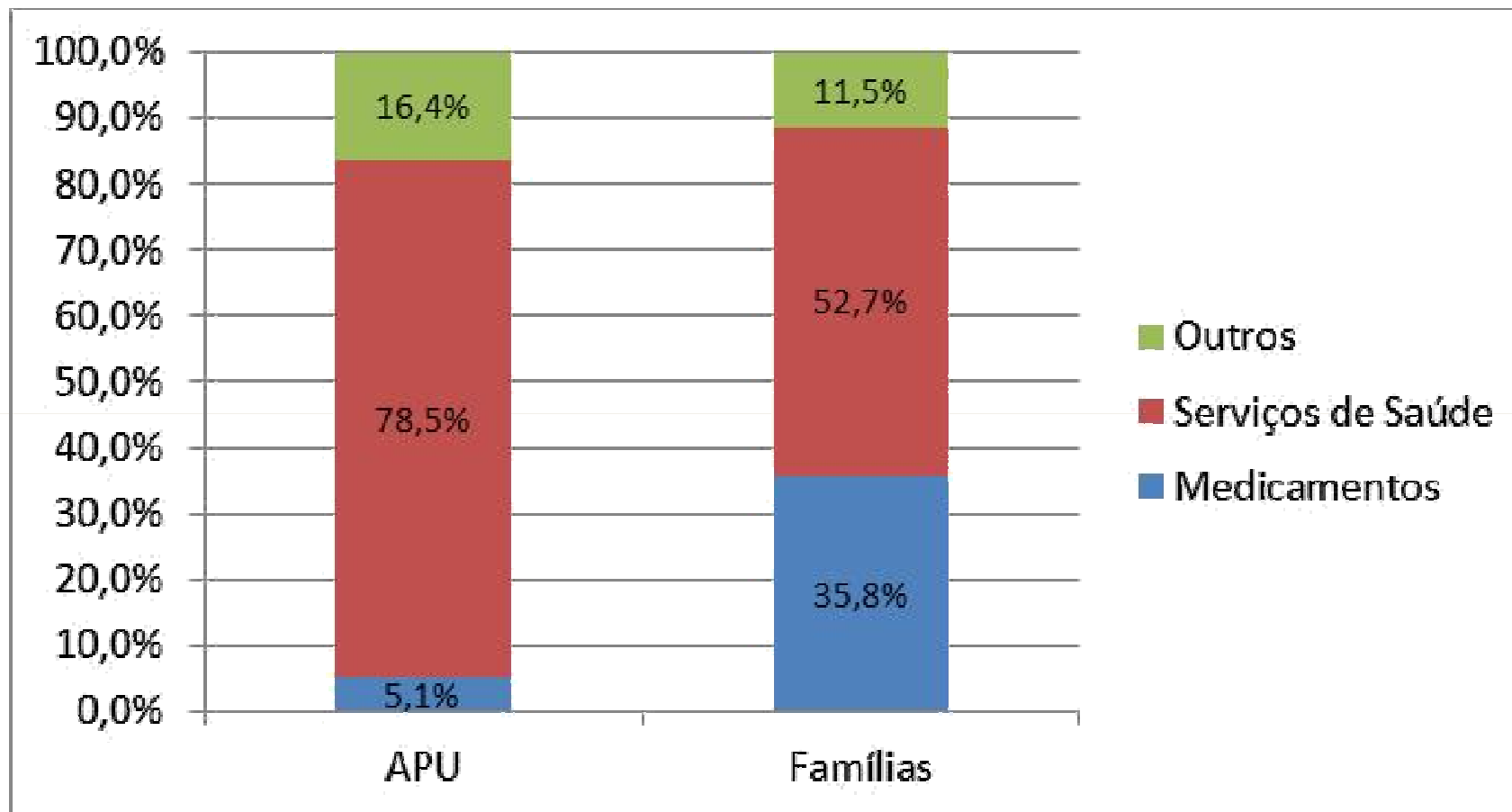
Despesa de consumo final em saúde % do PIB e R\$ milhões

	2007	2008	2009
Consumo final das famílias	4,8	4,7	4,8
Consumo final da administração pública	3,5	3,5	3,8
Consumo final das ISFL	0,1	0,1	0,1
Total	8,5	8,3	8,8

	2007	2008	2009
Consumo final das famílias	128.865	141.182	157.100
Consumo final da administração pública	94.264	107.402	123.556
Consumo final das ISFL	2.292	2.585	2.910
Total	225.421	251.169	283.566

Fonte: IBGE. Conta-Satélite de Saúde.

Consumo final de bens e serviços de saúde por Famílias e Administração Pública - 2009



Fonte: IBGE. Conta-Satélite de Saúde.

Evolução das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Brasil, 2002 a 2012

Ano	Federal		Estadual		Municipal		Total	
	(A) Despesa (em R\$ mil correntes)	(B) Despesa por habitante (R\$)	(D) Despesa (em R\$ mil correntes)	(E) Despesa por habitante (R\$)	(G) Despesa (em R\$ mil correntes)	(H) Despesa por habitante (R\$)	(A+D+G) Despesa (em R\$ mil correntes)	(B+E+H) Despesa por habitante (R\$)
2002	24.736.843	141,65	10.757.458	61,60	12.057.231	70,29	47.551.531	273,54
2003	27.181.155	153,67	13.317.828	75,29	13.771.212	79,74	54.270.195	308,71
2004	32.703.495	182,59	17.318.612	96,69	16.414.513	94,44	66.436.621	373,73
2005	37.145.779	201,68	19.664.416	106,77	20.289.504	111,72	77.099.698	420,16
2006	40.750.155	218,18	22.978.253	123,03	23.564.590	127,97	87.292.998	469,18
2007	44.303.496	240,79	25.969.634	141,15	26.431.209	145,94	96.704.339	527,88
2008	48.670.190	256,68	30.976.460	163,37	32.459.759	174,41	112.106.408	594,46
2009	58.270.259	304,31	32.258.750	168,47	34.538.059	183,18	125.067.068	655,96
2010	61.965.198	323,61	37.264.003	194,61	39.271.732	208,48	138.500.933	726,699
2011	72.332.284	375,99	40.969.628	216,50	45.754.998	243,80	159.056.910	836,29
2012	80.063.148	412,75	44.716.305	230,52	50.481.713	260,25	175.261.166	903,52

Fonte: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/ Secretaria Executiva/ Ministério da Saúde - SPO/SE/MS. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Elaboração própria.

Dados sujeitos a alteração para os anos 2011 e 2012.



Evolução das despesas com ações e serviços públicos de saúde: % do PIB - Brasil, 2002 a 2012

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Total
2002	1,67%	0,73%	0,82%	3,21%
2003	1,60%	0,78%	0,81%	3,19%
2004	1,68%	0,89%	0,85%	3,42%
2005	1,73%	0,92%	0,94%	3,59%
2006	1,72%	0,97%	0,99%	3,68%
2007	1,66%	0,98%	0,99%	3,63%
2008	1,61%	1,02%	1,07%	3,70%
2009	1,80%	1,00%	1,07%	3,86%
2010	1,64%	0,99%	1,04%	3,67%
2011	1,75%	0,99%	1,10%	3,84%
2012	1,82%	1,02%	1,15%	3,98%

Fonte: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/ Secretaria Executiva/ Ministério da Saúde - SPO/SE/MS. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Elaboração própria.

Dados sujeitos a alteração para os anos 2011 e 2012.



IV

Desafios

Tabela 1. Gasto *per capita* em saúde de alguns países em dólares internacionais, 2009.

País	Gasto <i>per capita</i> em saúde (U\$ PPP)		
	Governo	Total	% do gasto do governo do gasto total
Brasil*	409	938	44%
Canadá	3.081	4.363	71%
Chile	562	1.186	47%
França	3.100	3.978	78%
Alemanha	3.242	4.218	77%
México	443	918	48%
Espanha	2.259	3.068	74%
Reino Unido	2.935	3.487	84%
USA	3.795	7.960	48%

Fonte: Organisation for Economic Co-Operation and Development. OECD.StatExtracts. Health Expenditure and Financing.

* Fontes: a) IBGE. Conta-Satélite de Saúde Brasil 2007-2009; b) World Bank. PPP Conversion Factor, GDP (LCU per international \$).



Elaborado por Vieira, Fabiola Sulpino.

Tabela 3. Consumo final de medicamentos por setor institucional. Brasil, 2007-2009.

Setores Institucionais	2007		2008		2009	
	Valor (1 milhão R\$ a preços correntes)	%	Valor (1 milhão R\$ a preços correntes)	%	Valor (1 milhão R\$ a preços correntes)	%
Famílias	44.783	90	48.892	89	56.178	90
Administração Pública	4.728	10	6.221	11	6.302	10
Total	49.511	100	55.113	100	62.480	100

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD em 2008 demonstram que 48,9% dos entrevistados que precisaram de medicamentos na última vez, não obtiveram nenhum deles gratuitamente.

Dados da PNAD podem ser obtidos no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (<http://www.ibge.gov.br>). O caminho é: População>PNAD>Suplementos>PNAD 2008 – Um panorama da saúde no Brasil>Microdados>Dados. Acesso em: 11 de outubro de 2010.

TABELA 6

Famílias com gasto catastrófico em saúde (para famílias com gasto positivo)

(Em %)

Linha de corte	Em relação à capacidade de pagamento ^a		Em relação à renda total descontando gasto com alimentação		Em relação à renda monetária descontando gasto com alimentação		Em relação à renda monetária sem descontar gasto com alimentação ^b	
	<i>OOP</i>	Saúde	<i>OOP</i>	Saúde	<i>OOP</i>	Saúde	<i>OOP</i>	Saúde
40	0,6	0,8	1,9	2,2	6,0	6,8	-	3,7
35	1,1	1,3	2,4	2,8	7,1	8,1	-	-
30	1,8	2,1	3,1	3,7	8,5	9,7	-	-
25	2,9	3,6	4,2	5,1	10,7	12,3	-	-
20	4,9	6,3	6,1	7,3	13,9	16,3	-	12
15	9,0	11,5	9,3	14,1	18,7	22,3	-	-
10	17,0	22,2	16,3	20,5	27,2	33,3	23	-
5	37,8	46,5	34,6	42,6	46,2	54,2	-	-

Fonte: IBGE/POF de 2002-2003. Estimativas dos autores a partir dos microdados.

Nota: *OOP* é o desembolso direto das famílias excluídos os gastos com planos de saúde; e saúde é o gasto total com saúde das famílias.

^a A capacidade de pagamento foi calculada conforme metodologia de Xu *et al.* (2003), considerando-se como base de cálculo o gasto total das famílias. É o único caso dessa tabela onde o denominador é o gasto e não a renda.

^b Nesta última coluna foram destacados apenas os valores para três linhas de corte porque o objetivo era comparar com o trabalho de Bos e Waters (2006) que apresentam informações para essas três linhas de corte.

Diniz BPC, Servo LMS, Piola SF, Eirado M. Gasto das famílias com saúde no Brasil: evolução e debate sobre o gasto catastrófico. IN: Silveira FG, Servo LMS, Menezes T e Piola SF (Organizadores). Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas (volume 2). Brasília: IPEA, 2007.

**Gasto
catastrófico no
Brasil estimado
entre 1 e 7%
das famílias**

FABIOLA SULPINO VIEIRA

MINISTÉRIO DA SAÚDE – SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E
DESENVOLVIMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

Esplanada dos Ministérios Anexo B – Sala 452B.

CEP: 70.058-900 Brasília DF

Telefone: (61) 3315-2722

E-mail: fabiola.vieira@saude.gov.br